

A EPISTEMOLOGIA SITUACIONAL DE WITTGENSTEIN PARA UM AGIR COMUNICATIVO

Marco Antonio Batistella¹

RESUMO: Objetiva-se, com esse estudo, abordar, por uma perspectiva epistemológica, a relação de certeza e verdade no contexto da comunicação e da linguagem. Para esse escopo, analisar-se-á a forma como as interações comunicacionais ocorrem na conceituação de “jogo-de-linguagem” formulada pelo filósofo analítico Ludwig Wittgenstein.

PALAVRAS-CHAVE: Verdade; Certeza; Comunicação.

*Realmente pretendo dizer que um jogo de linguagem só é possível se confiarmos em alguma coisa. O homem sensato não tem certas dúvidas.
(Ludwig Wittgenstein)*

1 INTRODUÇÃO

Todos os objetos (psíquicos e naturais), além dos eventos que ocorrem, se não forem relatados em linguagem², jamais serão conhecidos pelo homem. A linguagem articulada, já referida por Aristóteles³ como apanágio da natureza humana, é vista como *conditio sine qua non* para a própria compreensão do homem no mundo. Conforme observa Manfredo Araújo de

¹ Mestre em Filosofia na linha de pesquisa em Ética e Filosofia Política pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Bacharel em Direito, e Licenciado e Bacharel em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Professor da Faculdade Sul Brasil – Fasul (Filosofia, Filosofia do Direito, Direito Internacional (Público e Privado), Sociologia, Ética e Deontologia, e Direito Constitucional). Advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem de Advogados do Brasil. E-mail: marco.batistella@gmail.com ou marco.batistella@fasul.edu.br.

² Sem peias a um sentido *stricto*, pois, como explica Lúcia Santaella, a linguagem pode referir-se “a uma gama incrivelmente intrincada de formas sociais de comunicação e significação que inclui a linguagem verbal articulada, mas absorve também, inclusive, a linguagem dos surdos-mudos, o sistema codificado de moda, da culinária e tantos outros” (2007, p.12).

³ A propósito da *fala* como condição existencial do homem na condição de homens livres e iguais voltados para a ação política do viver em *isonomia* (ισονομία) – igualdade perante a lei – e em *isegoria* (ισηγορία) – igualdade/liberdade de fala, conferir ARISTÓTELES, 1997.

Oliveira, “todo pensar já se movimenta no seio da linguagem (...) num espaço linguisticamente mediado” (2001, p. 206).

A linguagem não se constitui na representação ontológica dos objetos ou da realidade, como pretendeu a ontologia idealista de Platão, no entanto, paradoxalmente, é por meio das representações linguísticas que temos o acesso ao real. Toda representação⁴ é ideológica porque reflete um ponto de vista (*weltanschauung*), uma seleção de aspectos da realidade. Essa seleção não é neutra, porque implica em valorações, pautas axiológicas, que se inserem da referência ao real/realidade.

Diante da ênfase hodierna dada a comunicação, importante ressaltar o aspecto epistemológico⁵ que a pressupõe, de modo que não menos importante a relevância dada ao aspecto funcional e operacional da linguagem, de relevância acentuada se coloca a questão das condições de sua possibilidade. Nesse contexto, buscar-se-á nesse estudo, apontar a contribuição filosófica do austríaco analítico Ludwig Wittgenstein, no que concerne a questão epistemológica da verdade no conhecimento.

2 A NOÇÃO DE VERDADE A PARTIR DE UMA VISADA HISTÓRICA

A posição de Ludwig Wittgenstein na obra *Da Certeza (Über Gewissheit)* traz, em sua pretensão geral, a elucidação dos modos de *uso* dos conceitos *saber* e *crer*, que terão correspondência direta nos tradicionais conceitos de *dúvida* e de *certeza*.

Não é exagerado afirmar que a proposta de Wittgenstein se enquadra em uma investigação transcendental a semelhança da filosofia crítica de Immanuel Kant, muito embora alheio a sua letra, haja vista que ao incorporar os conceitos fregeanos de sentido e referência (Cf. FREGE, 1978) de forma mais alargado, Wittgenstein ao expor as condições de aplicação com sentido de uma proposição, separou daquilo que pode ser dito (Kant = conhecido) o que não pode ser dito – ao menos com “razões soberanas”⁶ – (Kant = pensável).

⁴ Martin Heidegger sugere que “somente quando se encontra a palavra para a coisa, a coisa é coisa. (...). É a palavra que confere ser às coisas” (2003, p. 126).

⁵ Do grego *episteme*, “conhecimento”, *logos*, “doutrina, ordenação, teoria, linguagem, ou estudo”. Quando se alude ao termo epistemologia, pretende-se referir aos aspectos da teoria do conhecimento em Wittgenstein, ou das condições de possibilidade do próprio conhecimento que, como se notará, circunscreve em um contexto *semântico*.

⁶ “Diz-se ‘eu sei...’ quando se está pronto a indicar razões soberanas. ‘Eu sei’ relaciona-se com a possibilidade de demonstrar a verdade. É possível mostrar que uma pessoa sabe uma coisa, na condição, porém, de ela estar convencida dessa coisa que sabe. Mas se aquilo em que acredita é de tal natureza que os fundamentos que pode

No livro *Da Certeza* há um aforismo revelador que torna claro a questão do transcendental e que parece pressupor a aceitação parcial da definição clássica de conhecimento enquanto crença verdadeira e justificada como adequada para esclarecer o *uso* do conceito de *saber*. A frase exprime-se no seguinte: “Aquilo que sei, acredito” (WITTGENSTEIN, 1969, p.177). Entretanto, o seu inverso, quer dizer, “aquilo que acredito, sei” não é verdadeiro, uma vez que nem tudo que é objeto de crença é objeto de conhecimento, mas tudo o que é conhecido é também acreditado. Assim, Deus e outras entidades e conceitos transcendentais estão extirpados do dizível (Kant = cognoscível).

Convém mencionar que, além de Kant e anterior ao mesmo, observou-se na antiguidade e no limiar da modernidade, uma preocupação ontológica para com a linguagem, em busca de verdades eternas, unas e imutáveis, respectivamente, o idealismo de Platão, e o racionalismo de Descartes. Com a formulação da “teoria das idéias” (Cf. 2012 e; 2001), Platão sugeriu serem as “Ideias” (ou formas), paradigmas, modelos que conferem ordem, estabilidade e *sentido* à multiplicidade e mutação incessante que o *dever/porvir* conferem à realidade. Diferente desse dualismo idealista, mas com o mesmo viés dualista, fundamentado na evidência lógica do *cogito*, René Descartes formulou sua sentença criteriosa acerca do conhecimento segundo o qual apenas àquelas coisas que aparecem como certas e verdadeiras *para* o sujeito, indubitáveis, portanto, poderão ser assimiladas como um conhecimento verdadeiro (Cf. 2004; 1ª e 2ª Meditação).

Em sentido contrário, Wittgenstein argumenta que é impossível apresentar proposições como absolutamente certas, como pretenderam Platão e Descartes, porque se pode duvidar de qualquer certeza individual a depender das circunstâncias em que são produzidas, caso essas proposições estejam embasadas em razões fundamentadas em experiência prévia. Com efeito, diferentemente da tradição filosófica, a certeza ou verdade é produto da relação intersubjetiva dos indivíduos inseridos em um contexto, situados, desse modo, em um campo lingüístico específico, com suas regras de funcionamento e sua normatividade de vivência comunicacional.

Percebe-se em Wittgenstein, desse modo, que, se de um lado “os limites do meu mundo significam os limites de minha linguagem” (1994), há uma crítica fulminante à metafísica tradicional consistente em enfatizar ou a exterioridade do conhecimento, conferindo credibilidade ao objeto e a realidade como critério determinante (empirismo, realismo, ceticismo), ou ao caráter subjetivo do conhecimento (racionalismo, idealismo, dogmatismo). À vista disso, Wittgenstein

indicar não são mais seguros do que a sua afirmação, então não pode dizer que sabe aquilo em que acredita” (WITTGENSTEIN, 1969, p. 243).

reduz a discussão do conhecimento e da comunicação no âmbito dos *jogos-de-linguagem* (1999), no exame de suas condições de possibilidade.

Os conceitos *saber* e *ter a certeza*, embora correspondam, segundo o austríaco, a diferentes categorias⁷, ambos conotam a uma certeza assente no sistema dos argumentos daquele que as detém e “poderia dizer-se: ‘eu sei’ exprime uma certeza instalada, não uma certeza que ainda está lutando” (WITTGENSTEIN, 1969, p. 357). Sem embargo, a questão que é colocada em toda a exposição do autor é a de como adquirimos o saber insofismável acerca de determinadas proposições e sobre a certeza de certos fatos. A apreensão e a certeza de um fato perfazem-se através do aprendizado e da experiência (vivência) que o atuar do sujeito nos diversos jogos-de-linguagem afirmará. As certezas se fixam por ventura do quadro de referências do qual o sujeito é legatário. Se de fato, por exemplo, respondo com certeza a qualquer indagação, o que me dá esta certeza? Pode-se ler no parágrafo 234 no *Da certeza* a função de um quadro de referência e o que está em jogo em uma discussão dentro de um determinado assunto como, por exemplo, no caso, a existência da Terra:

Acredito que tenho antepassados e que todos os seres humanos os têm. Acredito que há várias cidades e, em termos gerais, nos principais factos da geografia e da história. Acredito que a Terra é um corpo na superfície do qual nos deslocamos e que não desaparece subitamente tal como qualquer outro corpo sólido: esta mesa, esta casa, esta árvore, etc.. Se pretendesse duvidar da existência da Terra muito antes do meu nascimento, teria de duvidar de todas as espécies de coisas que são ponto assente para mim (WITTGENSTEIN, 1969, p. 234).

É claro que, em linha de principio, Wittgenstein está preocupado com as discussões epistemológicas acerca das proposições empíricas e das “exatas” (matemática, geometria). No entanto, com a construção conceitual de Wittgenstein, as ciências humanas e sociais são bons exemplos de como os nossos jogos lingüísticos mudam. Dado que, uma vez estabelecido claramente as regras de uso de determinadas proposições e os nomes segundo os quais fixarão sentido a algum fato, não há o que se discutir sobre o seu uso ou dúvida se, de fato um sentido se estabelece e o funcionamento de um determinado fato é abarcado suficientemente pelas proposições do jogo pertinente.

⁷ “Não são dois ‘estados mentais’ como, por exemplo, ‘supor’ e ‘estar seguro’ (aqui, parto do princípio de que é significativo para eu dizer ‘eu sei o que é que, por exemplo, significa a palavra ‘dúvida’ e que esta frase indica que a palavra ‘dúvida’ desempenha um papel lógico). Aquilo que nos interessa agora não é estar seguro, mas saber. Isto é, interessa-nos o facto de que não pode existir qualquer dúvida acerca de certas proposições empíricas, se é de facto possível formular juízos. Ou ainda: estou inclinado a crer que nem tudo que tem a forma de uma proposição empírica o é” (WITTGENSTEIN, 1969).

Há uma esfera objetiva dos jogos lingüísticos e é para este que as regras de *uso* devem incidir deixando-se de lado qualquer crença subjetiva que pode passar por mera histeria ou esquizofrenia, pois a linguagem tendo várias funções e se destinando principalmente a prática humana deve reger aquilo que for útil.

Nessa esteira, Wittgenstein argumenta que certas *proposições fulcrais* ou “dobradiças” têm papel preponderante no sistema de convicção, pois admitindo que se tornam certezas assentes na função de proposições empíricas, elas podem se transformar em normas de descrição e, assim sendo, servirem de regras de verificação. As proposições fulcrais são as crenças que se descobrem no movimento da aprendizagem.

A certeza de determinada proposição não é descoberta como que correspondente a uma realidade exterior, um esforço de desvelamento, de estirpe *a priori* e independente da temporalidade, porquanto

Não aprendo explicitamente as proposições que são ponto assente para mim. Descubro-as subsequentemente como o eixo em torno do qual roda um corpo. Este eixo não está fixo no sentido de haver alguma coisa a segurá-lo, mas o movimento em torno dele determina a sua imobilidade (WITTGENSTEIN, 1969).

As proposições fulcrais desempenham papel fundamental na estrutura de um sistema de convicção, ora a se investirem em função de mera asserção empírica, ora na função de regerem a verificação ou como norma de descrição. Wittgenstein apresenta uma metáfora esclarecedora do como determinadas simples proposições empíricas podem ser elevadas a regras fundamentais de verificação e vice-versa:

96. Poderia imaginar-se que algumas proposições, com a forma de proposições empíricas, se tornavam rígidas e funcionavam como canais para as proposições empíricas que não endureciam e eram fluidas, e que esta relação se alterava com o tempo, de modo que as proposições fluidas se tornavam rígidas e vice-versa.

97. A mitologia pode regressar a um estado de fluidez, o leito do rio dos pensamentos pode desviar-se. Mas eu distingo entre o movimento das águas no leito do rio e o desvio do próprio leito: ainda que não haja uma nítida demarcação entre eles.

98. Mas se alguém dissesse: ‘Assim também a lógica é uma ciência empírica’, essa pessoa erraria. Contudo, isto é certo: a mesma proposição pode ser tratada uma vez como coisa a verificar pela experiência, outra vez como regra de verificação.

99. E a margem daquele rio consiste, em parte, em rocha dura não sujeita a alteração ou apenas a uma alteração imperceptível e, noutra parte, em areia que ora é arrastada, ora se deposita (WITTGENSTEIN, 1969).

Esta metáfora procura marcar uma diferença entre o “movimento das águas”, que podemos tomar como as alterações nas nossas crenças empíricas, o “desvio do leito”, que são as alterações ocasionadas pela adoção de novas regras, e a “rocha dura” que incluem as regras da

lógica que estabelecem o que entendemos por linguagem, julgar, inferir, pensar, etc. Todos esses diferentes tipos de proposições constituem a armação conceitual, o quadro de referências, que se usa para representar o mundo, se comunicar e assim por diante. Por isso, deve-se abandonar, segundo Wittgenstein, a discussão em termos da busca pela *natureza* essencial do juízo (isto porque, a noção de *jogos-de-linguagem* pretende pulverizar uma suposta forma geral da proposição mostrando que há vários tipos de sentenças) e focalizar na função que ele ocupa no nosso esquema conceitual.

A transformação de certas proposições da realidade ou empírica em proposições de regência se dá quando se assume estas como regras para que outras proposições possam ser acreditadas, provadas, testadas, etc. A partir disto que se inserem as discussões acerca da pertinência da dúvida, pois como podemos ler no *Da Certeza* “a ausência de dúvida pertence à essência do jogo de linguagem” e no “comportamento de dúvida e da não dúvida só haverá o primeiro se houver o segundo” (1969). O próprio jogo estabelecido entre perguntas e dúvidas tem-se pressupostos da certeza:

341. Isto é, as perguntas que formulamos e as nossas dúvidas dependem do facto de certas proposições estarem isentas de dúvida serem como que dobradiças em volta das quais as dúvidas giram.

342. Isto é, pertence à lógica das nossas investigações científicas que certas coisas de facto não sejam postas em dúvida (WITTGENSTEIN, 1969).

Nas discussões no *Da Certeza*, Wittgenstein cita proposições postas em jogo pelo senhor G.E. Moore⁸ (“tenho duas mãos” como pressuposição não-questionada, mas questionável em alguns contextos específicos) como exemplos de regras que são os pilares do nosso quadro de referências⁹. No sistema de conhecimento há proposições, até mesmo empíricas, cuja verdade é pressuposta como condição da verdade de outras proposições, isto é, funcionam como regras fulcrais. Por exemplo, a proposição empírica “este instrumento serve para escrever” pode servir de regra para classificar os objetos que estão sobre essa mesa dentre os que caem sob essa descrição (lápiz, canetas, etc.) e os que não são instâncias dele (tesoura, alfinete, corta-papel, etc.).

Por derradeiro, pretende-se estabelecer clareza sobre a idéia de que as proposições fulcrais não devem ser consideradas como estrutura estanque e inarredável, ou então em sentido “atômico”, pois, nas próprias palavras de Wittgenstein “não são os axiomas isolados que me parecem óbvios, é um sistema em que as conclusões e as premissas se apóiam mutuamente”

⁸ “Dizer do homem, no sentido de Moore, que ele sabe alguma coisa, que o que ele diz é, portanto, incondicionalmente verdade, parece-me errado. É verdade só na medida em que é uma base inamovível nos seus jogos de linguagem” (WITTGENSTEIN, 1969).

⁹ “A verdade de certas proposições empíricas pertence ao nosso quadro de referências” (Idem).

(1969). Estas proposições passam a ser afirmadas e compreendidas no sistema articulado de um jogo lingüístico. Sua verdade é sua integração em um jogo-de-linguagem e possuem caráter hipotético no sentido matemático, ou seja, são apenas postuladas como verdadeiras independentemente da experiência, mas não afirmadas como verdades necessárias. Dito de outro modo, não são duvidosas, mas dependem de uma decisão, ou melhor, de uma convenção. Em última instância, estão de algum modo, para além do verdadeiro e do falso: “se o verdadeiro é o que é fundamentado, então o fundamento não é verdadeiro nem falso” (WITTGENSTEIN, 1969). Agora, a relação entre proposições rígidas e fluidas altera-se com o tempo: uma demonstração não é mais um encadeamento necessário, mas, dado um conjunto de proposições, algumas são simplesmente tomadas como regras antecedentes.

3 CERTEZA E VERDADE EM UMA PERSPECTIVA SITUACIONAL

Wittgenstein apresenta argumentos filosóficos que visam enfatizar o papel constitutivo desempenhado pelo *uso* da linguagem na estrutura conceitual das razões que as pessoas conferem para justificar suas ações. Enfatiza o papel do *uso* com relação à atitude de reivindicar certeza ou levantar dúvida dentro dos jogos lingüísticos. Nesse sentido, na medida em que aborda a certeza na sua inserção nos jogos lingüísticos, proposta de Wittgenstein parece sugerir um divórcio para com a certeza *transcendente* ligada a um conceito de espírito (Deus, éter, *cosmos* etc).

As regras dos jogos de linguagem circunscrevem as proposições que descrevem o quadro de referências que o sujeito herda, em um contexto social, e que o faz discernir sobre o verdadeiro e o falso. Essas regras podem ser aprendidas puramente pela prática, sem que regras explícitas necessitem ser explicitadas com antecedência (WITTGENSTEIN, 1997). Dessa forma, a certeza é balizada no interior dos jogos lingüísticos, uma vez que certas proposições empíricas rígidas podem tornar-se fluidas, e proposições fluidas podem tornar-se rígidas. Por exemplo, a certeza sobre o que se sabe acerca dos “tijolos” dependerá de qual *jogo-de-linguagem* se insere o *uso* do saber que consigo traz: quando um mestre-de-obra *grita*: - “Tijolo!”, se infere que as regras implícitas ao *jogo-de-linguagem* em que o mestre se insere, pressupõe uma ação correspondente, a saber: aquela que exige do interlocutor posicionar-se cautelosamente de modo a deparar-se com o tijolo que provavelmente está sendo *lançado* em sua direção. Ação absolutamente distinta daquele que, *profere* uma poesia mencionando, acidentalmente, a mesma palavra “tijolo”.

À vista disso, para Wittgenstein, a verdade de certas proposições empíricas pertence ao quadro de referências intersubjetivas que circunscrevem indivíduos situados em um contexto sociocultural (WITTGENSTEIN, 1969, p. 35). A partir dessa reivindicação, o autor parece emparelhar certeza e verdade, pois para ele alguém pode distinguir o verdadeiro do falso quando se norteia por um quadro de referências herdado dos jogos lingüísticos.

Se o uso semântico de um conjunto de representações mentais de um indivíduo *depende* do contexto em que se insere, segundo Wittgenstein, a palavra “certo”, da locução, estar certo de algo, expressa completa convicção, ausência total de dúvida, um estado no qual alguém busca convencer outras pessoas, à vista de certas regras pressupostas. Tanto a convicção quanto o ato de persuadir são atos *subjetivos*. Na indicação de Wittgenstein, “com a palavra ‘certo’ exprimimos convicção, completa ausência de qualquer dúvida, e, a partir daí, tentamos convencer as outras pessoas. É a certeza subjectiva” (1969, p. 65).

Wittgenstein argumenta que as visões de mundo (*weltanschauung*) dependem de um *background* de certeza, cuja pressuposição se faz pela transmissão do conhecimento, através do ensinamento, bem como observa que deve haver a existência de um conjunto de proposições tidas como “certas”, das quais não se duvida, e sobre as quais se apóiam as dúvidas. O austríaco denomina essas questões indubitáveis como “dobradiças” ou “questões assentes” (WITTGENSTEIN, 1969).

4 SOBRE A CERTEZA E A VERDADE PARA UM AGIR COMUNICATIVO

O jogo de conferir e perguntar por razões que possam vir a fundamentar as crenças, de apresentar reivindicações acerca do conhecimento e da dúvida, *depende*, portanto, de um *part pris* ou *background* assente de coisas que não se coloca em questão e não se duvida. Tendo isso em conta, Wittgenstein sugere que se podem sustentar coisas como certas, sem oferecer razões explícitas para elas. Em outros termos, Wittgenstein sugere que se pode reivindicar estar certo acerca de coisas que sempre fora ouvida e assumida como tal. Pode-se reivindicar estar convicto acerca de um arsenal de informações que se adquiriu por toda a vida de quem houvera autoridade nos assuntos em questão para ensinar, tais quais: as proposições de que “a Terra existe desde muito antes do meu nascimento”, de que “a água ferve e não congela a 100° C”, de que a “comunicação é alma do negócio” etc.

Acredito que tenho antepassados e que todos os seres humanos os têm. Acredito que há várias cidades e, em termos gerais, nos principais fatos da geografia e da história. Acredito que a terra é um corpo na superfície do qual nos deslocamos e que não desaparece subitamente tal como qualquer outro corpo sólido: esta mesa, esta casa, esta árvore, etc. Se pretendesse duvidar da existência da terra muito antes do meu nascimento, teria de duvidar de todas as espécies de coisas que são ponto assente para mim (WITTGENSTEIN, 1969, p. 73).

Dessa forma, Wittgenstein conclui que a certeza precede as razões dadas por alguém para justificar suas reivindicações, ou seja, a certeza pode ser reivindicada por alguém, sem ele necessariamente possuir razões para isso. Ele não precisa ter fundamentos para sua certeza. A criança aprende, acreditando no adulto. A dúvida sobrevém à crença (WITTGENSTEIN, 1969, p. 57). Se uma criança puder duvidar imediatamente daquilo que lhe ensinam, isso só pode significar que ela era incapaz de aprender certos tipos de jogos de linguagem (Idem, p. 85).

Aprendi uma enorme quantidade de coisas e aceitei-as na base de autoridade de homens; depois achei que algumas dessas coisas se confirmavam e outras não, de acordo com a minha própria experiência (Idem, p. 57; 161).

Oportuno sublinhar que, se de um lado Wittgenstein sugere que a certeza precede a apresentação de razões no sentido de que a certeza pode ser reivindicada sem razões para justificá-la como a proposição de que nunca se esteve na Lua, do outro lado ele enfatiza o papel desempenhado pela racionalidade fundamentada em prévia experiência no jogo de dar razões ou duvidar. Em outras palavras, para Wittgenstein, embora o sujeito não tenha nenhuma razão geral para duvidar de coisas como a água molha e o fogo queima, esse mesmo sujeito pode duvidar de coisas como essas em *tais e tais circunstâncias*, se a sua dúvida estiver fundamentada na sua prévia experiência, no sentido de que tudo na sua experiência fale a favor e nada contra sua dúvida.

Posso imaginar um homem que tenha sido educado em circunstâncias muito especiais e a quem tenham ensinado que a origem da terra data de há 50 anos e que, portanto, acredite nisso. Podíamos ensiná-lo: a terra existe há... etc. Estaríamos a tentar dar-lhe a nossa imagem do mundo. Isto aconteceria através de uma espécie de persuasão (WITTGENSTEIN, 1969, p. 79).

De maneira similar, as razões apresentadas por um sujeito para justificar suas reivindicações quando fundamentadas na sua prévia experiência podem não somente fundamentar dúvidas acerca de coisas normalmente dadas como certas, mas também certezas no que se refere às suas reivindicações em certas circunstâncias, uma vez que tudo na experiência dele fale a favor, e nada contra suas reivindicações.

Agora, será que a experiência nos ensina que em certas circunstâncias as pessoas sabem isto e aquilo? Certamente, a experiência mostra-nos que, normalmente, depois de um certo número de dias um homem consegue orientar-se numa casa em que tem vivido. Ou também: a experiência, ensina-nos que, depois de um certo período de aprendizagem, é possível confiar num juízo emitido por um homem. Segundo nos ensina a experiência ele teve de aprender durante um certo tempo para ser capaz de fazer numa previsão correta. Mas... (WITTGENSTEIN, 1969, p. 123-125).

Eu sei que este quarto está no segundo andar, que atrás da porta um curto patamar conduz às escadas, etc. Podiam imaginar-se casos em que eu proferisse esta frase, mas seriam extremamente raros. Mas, por outro lado, revelo este conhecimento durante todo o dia pelas minhas ações e também pelo que digo. O que é que outra pessoa depreende dessas ações e palavras? Não será justamente que eu estou seguro dos meus fundamentos? – A partir do fato de eu ter vivido aqui durante muitas semanas e ter subido e descido as escadas todos os dias, ela depreenderá que eu sei onde se situa o meu quarto. Assegurar-lhe-ei que eu sei” no caso de ela ainda não saber” coisas que a obriguem a concluir que eu sabia (Idem, p. 123).

Mesmo a certeza acerca de coisas sustentadas como certas e a certeza fundamentada em prévia experiência, segundo Wittgenstein, não são infalíveis e podem compreender dúvidas. Apenas se pode reivindicar saber, pois, a certeza acerca de coisas passíveis de dúvidas. Sem embargo, Wittgenstein argumenta que, embora elas sejam passíveis de dúvida, não é preciso duvidar delas. Pode-se reivindicar certeza acerca dessas coisas. Não é preciso ser cético no que se refere a essas coisas todo o tempo. A partir da abordagem da certeza operada por Wittgenstein, pode-se concluir que, embora o filósofo reconheça que a certeza não é infalível, ele assevera ser possível se ter certeza acerca de coisas tidas como certas, além de sugerir, também, que o sujeito pode ter certeza fundamentada em prévia experiência. Nesse contexto, pode-se afirmar que a certeza não é algo raro na vida de um sujeito normal e ela pode tomar o seu legítimo lugar, afinal, duvidar já é, *per se*, ter certeza de algo, isto é, o pressuposto da dúvida é a certeza.

Em certas circunstâncias, o sujeito precisa apresentar, para o Outro, fundamentos que satisfaçam a esse outro; que ele, o sujeito, está em uma posição de saber – está certo – acerca de algo, de que pretende convencer, assim, ao Outro. Deve ser mostrado que se está em uma posição de *saber*. Wittgenstein aponta, ainda, que a certeza concernente a razões que são ponto assente para o sujeito, em certas circunstâncias, precisa ser justificada com razões fundamentadas na prévia experiência do sujeito sobre isso. Em outras palavras, se alguém *sabe* acerca de algo, ele está *certo* acerca disso. No entanto, em certas circunstâncias, quando dúvidas podem surgir, e se se reivindica que *sabe*, é preciso *mostrar* como se *sabe*. É necessário apresentar razões fundamentadas em prévia experiência.

Não bastaria assegurar a alguém que eu sei o que acontece num certo lugar – sem lhe dar fundamentos que o convençam de que eu tenho possibilidade de saber. [...] Num tribunal, a mera afirmação “Eu sei” proferida por uma testemunha, não convenceria

ninguém. É preciso mostrar que ela tinha possibilidade de saber. Também a afirmação “Eu sei que aquilo é uma mão”, proferida quando alguém olhasse para a sua própria mão, não seria credível a menos que conhecêssemos as circunstâncias em que fora dita. E se as sabemos, parece ser uma afirmação de que a pessoa que fala é normal a esse respeito (WITTGENSTEIN, 1969, p. 125).

Como resultado da ênfase sobre o papel desempenhado pela racionalidade (experiência prévia) na atitude de reivindicar certeza e levantar dúvidas, Wittgenstein argumenta que em certas circunstâncias não se pode considerar como errados determinados sinais de dúvida dados por alguém acerca de pontos assentes para nós, como duvidar de seus cinco dedos ou duas mãos, sem que se apresente razões racionais para isso. Antes, deve-se considerar disparatadas – as dúvidas acerca disso pareceriam, para qualquer outra pessoa, loucura.

Em certas circunstâncias um homem não pode errar (“pode” é aqui usado na acepção lógica e a proposição não significa que um homem não possa dizer nada de falso nessas circunstâncias). Se Moore proferisse proposições contrárias às que ele declara certas, não deixaríamos apenas de partilhar a sua opinião: considerá-lo-íamos demente (WITTGENSTEIN, 1969, p. 57).

Eu, L.W., creio, estou seguro de que o meu amigo não tem serradura no corpo ou na cabeça, ainda que os meus sentidos não me forneçam provas diretas. Estou seguro, por causa daquilo que me tem sido dito, daquilo que tenho lido e da minha experiência. Ter dúvidas a esse respeito parecer-me-ia loucura – evidentemente, este ponto de vista também está em conformidade com o das outras pessoas; mas eu estou de acordo com elas (Idem, p. 83).

Nesse contexto, Wittgenstein oferece uma compreensão acerca da *adequação* entre racionalidade ou experiência prévia do *uso* de certos conhecimentos e julgamentos de racionalidade para o convencimento do Outro, pois, a partir da visão do *uso* que se faz dos conhecimentos, constata-se que as crenças disparatadas ou proposições inadequadas no *jogo de convencimento* seriam constituídas por uma falha da racionalidade. Portanto, Wittgenstein, no que possa concernir ao erro de juízo ou falha na pretensão argumentativa, coloca sua ênfase não sobre *fatos*, nem sobre evidências *factuais* não-fundamentadas, mas, sim, sobre *as razões* dadas por sujeitos para justificar suas ações, certezas e dúvidas em tais e quais circunstâncias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se no plano do conhecimento a história obteve o denominado “giro copernicano”¹⁰ como mudança paradigmática da forma como o sujeito se *projeta* na construção do conhecimento, tem-se, de outro lado, o que poderíamos denominar de “giro wittgensteiniano” em matéria de ontologia e metafísica. Antípoda e contundente crítico à metafísica ou ontologia tradicional, Wittgenstein jamais visualizou como *problema* filosófico perguntas tais quais da existência do mundo exterior, e conseqüentemente do próprio o homem, ou da questão, também, da dicotomia entre corpo e alma humana que estaria presente em toda a filosofia moderna.

Pelo contrário, preocupado com a forma epistemológica que o conhecimento e a certeza acerca dos objetos e vivências acontecem ao homem, Wittgenstein empreendeu sua missão filosófica em analisar as condições de possibilidade da certeza em um sentido semântico. Ancorado na noção lúdica do *uso* linguístico, Wittgenstein conferiu, desse modo, um embasamento filosófico substancial para a discussão de uma proposta comunicativa do agir humano. Atento menos aos *fatos* do que as *razões* que dão aporte às convicções dos homens, o filósofo, assim, contribuiu para uma teoria da comunicação em bases semânticas, de modo a perquirir as significações imanentes da atitude natural dos homens em um contexto situado, atribuindo, derradeiramente, significativo papel de protagonismo ao sujeito que comunica, e diminuindo, por outro ângulo, o predomínio de cunho moderno e tradicional ao *desvelamento* promovido por uma razão *emancipadora* e universalista.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Maria da Gama Kury. Brasília: Editora UnB, 1997.

DAVIDSON, D. **Ensaio sobre a verdade**. São Paulo: Unimarco, 2002.

DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. Trad. Maria Ermantina. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FREGÉ, G. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978.

HEIDEGGER, Martin. **A caminho da linguagem**. São Paulo: Vozes, 2003.

¹⁰ Termo cunhado por Immanuel Kant em sua *Crítica da Razão Pura* para designar o ato paradigmático, iniciado por Copérnico na análise do movimento dos astros (KANT, 2001, p. 20).

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Trad. Manuela P. dos Santos; Alexandre F. Morujão. Lisboa: Calouste, 1985.

LOPARIC, Zeljko. **A semântica transcendental de Kant**. Campinas: UNICAMP.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Reviravolta Linguístico-pragmática na Filosofia Contemporânea**. São Paulo: Loyola, 2001.

PASCAL, Georges. **O pensamento de Kant**. Tradução de Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes, 1983.

PLATÃO. **CRÁTILO**. Trad. Carlos A. Nunes. Rev. Belém: EDUFPA, 2001.

_____. **A República**. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2012.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Da Certeza**. Lisboa: 70, 1969.

_____. **Investigações Filosóficas**. Trad. José C. Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

_____. **Tractatus Logico-philosophicus**. São Paulo: EDUSP, 1994.